

TEXTO I**Terra, território e diversidade cultural**

O voto do ministro Carlos Ayres Britto sobre a reserva Raposa/Serra do Sol evidencia a oportunidade de deixarmos para trás os resquícios de uma mentalidade colonial e termos um avanço histórico, rumo a uma política contemporânea que contemple o diálogo produtivo entre as diversas etnias e culturas que compõem um país de dimensões continentais como o Brasil. O voto deixa claro, ainda, que o respeito ao espírito e à letra da Constituição de 1988 é o caminho.

O relator trouxe à luz o direito inalienável e imprescritível dos índios de viver nas terras que tradicionalmente ocupam e de acordo com suas próprias culturas. Trouxe, também, o valor de sua contribuição na formação da nacionalidade brasileira.

O ministro mostrou que a afirmação das culturas dos primeiros enriquece a vida de todos nós. Basta lembrar o quanto sua relação positiva com a natureza tem ajudado na existência da floresta e da megadiversidade brasileira como um todo. Quem convive com eles sabe que os indígenas cooperam com as Forças Armadas para proteger a floresta de usos ilegais e ajudam no monitoramento das fronteiras.

Dois pontos, entre vários outros relevantes abordados pelo voto do ministro, merecem destaque por suas implicações para a cultura brasileira. Em primeiro lugar, a distinção entre terra e território, que expressa a maneira sofisticada e inovadora por meio da qual a Constituição de 1988 solucionou juridicamente a relação entre as sociedades indígenas e o ambiente em que vivem.

É sabido que a terra não pertence aos índios; antes, são eles que pertencem à terra. Por isso mesmo, a Carta Magna, reconhecendo a anterioridade dessa relação ao regime de propriedade, concedeu-lhes o usufruto das terras que ocupam, atribuiu o pertencimento delas à União e conferiu ao Estado o dever de zelar pela sua integridade. A Constituição de 1988 selou a convivência harmoniosa entre duas culturas, uma que reconhece e outra que não reconhece a apropriação da terra pelos homens.

O segundo ponto refere-se à relação entre terra e cultura, que concerne à continuidade do território ou sua fragmentação em ilhas. Quem conhece a questão indígena no Brasil sabe que o rompimento da integridade territorial implica a morte do modo de vida e, portanto, da cultura e do modo de ser do índio.

Se, em séculos passados, acreditou-se que os índios eram um arcaísmo, não é mais possível nem tolerável sustentar tal ponto de vista no século 21. Não só porque no mundo todo cresce a convicção da importância dos povos tradicionais para o futuro da humanidade, precisamente em virtude de sua relação específica com a terra e a natureza, mas também porque a sociedade do conhecimento, acelerada construção, não pode prescindir da diversidade cultural para seu próprio desenvolvimento.

Na era da globalização, da cibernização dos conhecimentos, das informações e dos saberes, não faz mais sentido opor o tradicional ao moderno, como se este último fosse melhor e mais avançado que o primeiro. Com efeito, proliferam na cultura contemporânea, de modo cada vez mais intenso, os exemplos de processos, procedimentos e produtos que recombina o moderno e o tradicional em novas configurações.

Se a China e a Índia hoje surgem no cenário internacional de modo surpreendente, é porque sabem articular inovadoramente a cultura ocidental moderna com seus antiquíssimos modos de pensar e agir, demonstrando que o desenvolvimento não se dá mais em termos lineares e que o futuro não se desenha desprezando e recalçando o passado.

Por isso, o Brasil – cuja singularidade se caracteriza tanto por sua megadiversidade biológica quanto por sua grande sociodiversidade e rica diversidade cultural –, precisa urgentemente reavaliar esse patrimônio. Temos trabalhado com os povos indígenas no Ministério da Cultura e promovido a diversidade cultural como valor e expressão de uma democracia mais plena, em que cenas como a defesa da advogada indígena Joênia Batista de Carvalho Wapichna se tornem mais que exceções históricas. A soberania não se constrói com fantasmas nem paranoias, mas com a atualização de nossas forças e nossos potenciais. O ministro Ayres Britto tem razão ao sublinhar que não precisamos de outro instrumento jurídico além da Constituição de 1988.

(Juca Ferreira e Sérgio Mamberti. *Folha de São Paulo*, 9/9/2008)

01. O quinto parágrafo, em relação ao anterior, o:

- a) explica. b) exemplifica. c) explicita.
- d) especifica. e) excetua.

02. Observe o trecho:

“... a oportunidade de deixarmos para trás os resquícios de uma mentalidade colonial e termos um avanço histórico...”

Marque a opção em que os elementos são, respectivamente, acentuados pela mesma regra dos acima.

- a) Ócio, herói, egocêntrico.
- b) Pá, café, história.
- c) Pés, minúcias, íntimo.
- d) Armário, hífen, índios.
- e) Cajás, Joênia, patrimônio.

03. A respeito das ideias e sentidos do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. No texto, “terra” e “território” acabam sendo tratados como sinônimos.

II. Pretende-se argumentar a favor do reconhecimento dos povos indígenas a fim de resgatar sua importância histórica no passado brasileiro.

III. A relação do índio com a terra é o que garante a base constitucional de sua propriedade.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

04. Marque a alternativa em que o uso da crase é indevido.

- a) A reunião foi das 14 às 16h.
- b) Às vezes, não sei como agir.
- c) A palestra começou às 18h.
- d) Fui até à administração para fazer a reclamação.
- e) A aula será de 10 às 11h.

05. “O relator trouxe à luz o direito inalienável e imprescritível dos índios de viver nas terras que tradicionalmente ocupam e de acordo com suas próprias culturas.” (L.7-8)

Assinale a alternativa que não poderia substituir a expressão grifada no trecho acima, sob pena de alteração de sentido.

- a) em conformidade com
- b) em virtude de
- c) consoante
- d) segundo
- e) em razão de

06. A palavra “autoescola” é grafada dessa forma, porque obedeceu-se às regras de ortografia. Marque a alternativa incorreta quanto à correção gramatical.

- a) autorretrato. b) minissaia. c) microondas.
- d) autocontrole. e) contrarreforma.

07. Assinale a alternativa em que o termo ou a oração não exerça função sintática idêntica à de *Quem convive com eles* (L.12).

- a) que a terra não pertence aos índios (L.20)
- b) sustentar tal ponto de vista no século 21 (L.30)
- c) a convicção da importância dos povos tradicionais para o futuro da humanidade (L.31)
- d) que os índios eram um arcaísmo (L.29)
- e) rompimento da integridade territorial (L.27)

08. As palavras “nacionalidade” e “ilegais” são formadas, respectivamente, por quais processos de formação de palavras.

- a) Derivação prefixal e sufixal, derivação imprópria.
- b) Derivação sufixal, derivação parassintética.
- c) Derivação parassintética, derivação sufixal.
- d) Derivação sufixal, derivação prefixal.
- e) Derivação regressiva, derivação parassintética.

09. No trecho: “Dois pontos, entre vários outros relevantes abordados pelo voto do ministro, merecem destaque por suas implicações para a cultura brasileira”.

Os termos sublinhados funcionam sintaticamente como:

- a) sujeito composto, objeto direto, aposto.
- b) sujeito indeterminado, sujeito simples, objeto indireto.
- c) sujeito simples, objeto indireto, objeto direto.
- d) Sujeito composto, objeto direto, complemento nominal.
- e) Sujeito simples, objeto direto, complemento nominal.

10. “O relator trouxe à luz o direito *inalienável* e *imprescritível* dos índios de viver nas terras que tradicionalmente ocupam e de acordo com suas próprias culturas.” (L.9-11) Na frase acima, o vocábulo *inalienável* significa “que não se pode alienar”, e o vocábulo *imprescritível* significa “que não prescreve”.

Com base em processo semelhante de formação de adjetivos, assinale a alternativa em que se tenha cometido equívoco entre o adjetivo formado e o sentido a ele atribuído.

- a) imensurável – que não se pode medir
- b) imiscível – que não se pode misturar
- c) imponível – que não se pode pôr
- d) impartível – que não se pode dividir
- e) impassível – que não sofre

11. Assinale a alternativa em que o termo indicado não tenha valor adjetivo.

- a) claro (L.5) b) mais (L.36) c) diversas (L.4)

- d) dos índios (L. 7) e) Dois (L.15)

12. No texto, à *União* (L.23) exerce a função sintática de:

- a) adjunto adverbial.
- b) objeto indireto.
- c) adjunto adnominal.
- d) complemento nominal.
- e) agente da passiva.

13. No trecho: “Quem convive com eles sabe que os indígenas cooperam com as Forças Armadas para proteger a floresta de usos ilegais e ajudam no monitoramento das fronteiras”.

As orações, em destaque, estabelecem qual valor semântico em relação à anterior?

- a) Finalidade. b) Explicação. c) Conclusão.
- d) Consequência. e) Causa.

14. No trecho: “... produtos que recombina o moderno e o tradicional em novas configurações”.

O termo sublinhado é classificado como:

- a) Conjunção integrante.
- b) Pronome relativo.
- c) Partícula de realce.
- d) Pronome indefinido.
- e) Pronome interrogativo.

TEXTO II

O Sermão do Bom Ladrão

Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo mar Eritreu a conquistar a Índia; e como fosse trazido à sua presença um pirata, que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício: porém ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza: o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres. Mas Sêneca, que sabia bem distinguir as qualidades e interpretar as significações, a uns e outros definiu com o mesmo nome: *Eodem loco ponem latronem, et piratam quo regem animum latronis et piratae habentem*. Se o rei de Macedônia, ou de qualquer outro, fizer o que faz o ladrão e o pirata; o ladrão, o pirata e o rei, todos têm o mesmo lugar, e merecem o mesmo nome.

Quando li isto em Sêneca não me admirei tanto de que um estóico se atrevesse uma tal sentença em Roma, reinando nela Nero. O que mais me admirou e quase envergonhou, foi que os nossos oradores evangélicos em tempo de príncipes católicos e timoratos, ou para a emenda, ou para a cautela, não puguem a mesma doutrina.

O ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao inferno: os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões de maior calibre e de mais alta esfera; os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento distingue muito bem São Basílio Magno. Não só são ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas, ou espreitam os que se vão banhar para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com mancha, já com forças roubam cidades e reinos: os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor

nem perigo: os outros se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam.

Diógenes que tudo via com mais aguda vista que os outros homens viu que uma grande tropa de varas e ministros da justiça levava a enforcar uns ladrões e começou a bradar: lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos... Quantas vezes se viu em Roma a enforcar o ladrão por ter roubado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo, um cônsul, ou ditador por ter roubado uma província?... De Seronato disse com discreta contraposição Sidônio Apolinário: *Nom cessat simul furta, vel punire, vel facere*. Seronato está sempre ocupado em duas coisas: em castigar furtos, e em os fazer. Isto não era zelo de justiça, senão inveja. Queria tirar os ladrões do mundo para roubar ele só! Declarando assim por palavras não minhas, senão de muito bons autores, quão honrados e autorizados sejam os ladrões de que falo, estes são os que disse, e digo levam consigo os reis ao inferno. (Padre Antônio Vieira)

15. Sobre o texto “Sermão do Bom Ladrão”, pode-se afirmar que:

- O roubar muito é uma dádiva e o autor reitera isso ao longo de todo sermão.
- O roubar pouco é incorreto, mas isso não leva ao inferno; uma vez que, na maioria dos casos, ocorre por necessidade.
- Roubar pouco ou muito tem o mesmo peso; pois as duas ações constituem pecado e levam ao inferno.
- Os Alexandres são grandes ladrões e seus impérios são resultados reais da genialidade dos mesmos.
- Através das imposições estabelecidas pelo sermão, o padre quer incentivar o latrocínio.

16. O texto “Sermão do Bom Ladrão” é construído a partir de uma:

- Metonímia.
- Antítese.
- Ironia.
- Hipérbole.
- Personificação.

17. Marque a alternativa em que a classificação do vocábulo destacado está incorreta.

- “porém ele, que não era medroso nem lerdo” – Pronome relativo.
- “O roubar com pouco poder faz os piratas” – Pronome indefinido.
- “... fizer o que faz o ladrão e o pirata” - Pronome interrogativo.
- “Quando li isto em Sêneca” – Pronome demonstrativo.
- “...fizer o que faz o ladrão” – Pronome demonstrativo.

18. Marque a alternativa em que o uso regencial está inadequado.

- Aspiro a uma excelente promoção no trabalho.
- Estava em casa, quando ela chegou.
- Assisti um excelente filme.
- Aspiro um ar puro de fazenda.
- Assisto em Minas Gerais.

19. Identifique a classificação sintática inadequada.

- Quanto mais estudo, mais aprendo. – Sujeito elíptico.
- Reparamos os problemas de abastecimento no bairro. – Adjunto adverbial de lugar.
- A garota da cidade é mais informada que a do campo. – Adjunto adverbial de lugar.
- Onde estive até agora. – Adjunto adverbial de tempo.
- As regras precisam ser seguidas por todos. – Agente da passiva.

Texto III

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 tinha uma pedra
 no meio do caminho tinha uma pedra
 Nunca me esquecerei deste acontecimento
 na vida de minhas retinas tão fatigadas
 nunca me esquecerei que no meio do caminho
 tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 no meio do caminho tinha uma pedra.
 (Carlos Drummond de Andrade)

20. Assinale a opção inadequada em relação ao texto acima:

- Ocorre no texto uma figuração do signo linguístico, conferindo ao mesmo valor poético.
- O modo de organização das palavras no texto contribui para o aspecto poético do mesmo.
- O texto revela-se poético por abordar aspectos existenciais do eu poético
- A alternância das palavras pedra e caminho nos versos acentua a tensão poética do texto.
- Os dois primeiros versos do poema, em conjunto, constroem um quiasmo.

21. Que funções da linguagem predominam no texto acima?

- referencial e poética.
- emotiva e poética.
- conativa e referencial.
- poética e referencial.
- referencial e emotiva.

22. **Observe a frase:** Se tu que os eleitores chegam para votar,a porta e -os entrar.

- veres / abre / deixa
- veres / abra / deixe
- vires / abra / deixa
- vires / abre / deixa
- virde / abri / deixai

23. “Mas que significam as palavras? Que significam, na verdade, as palavras? Que significa a palavra *verdade*, a palavra *mentira* ou a palavra *amor*”

(LYRA, Bernadette. *A panelinha de Abreu.*)

A função da linguagem predominante no pequeno trecho mencionado acima é:

- fática
- emotiva
- conativa
- metalinguística
- poética

24. Assinale a opção em que a palavra apresenta o mesmo número de letras e fonemas:

- Alemanha
- Brasil
- Holanda
- Argentina
- França

25. "Nunca ninguém acariciou uma cabeça de galinha." Qual é o sujeito e o tipo de sujeito desta oração?

- Nunca ninguém / composto.
- Ninguém / simples.
- Ninguém / indeterminado.
- Nunca / simples.
- Não há núcleo / oração sem sujeito.